

MINUTA DA ACTA n.º 25/2011

Minuta da Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 15 DE NOVEMBRO DE 2011.

*Aos quinze dias do mês de Novembro de 2011, em Vila Nova de Cacela, no Edifício sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Vice Presidente da mesma Câmara, **José Carlos Costa Barros**, por ausência do Sr. Presidente, comigo **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira** e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião a que se refere o artigo 62º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

ABERTURA DA REUNIÃO: - *Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**
- **PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE;**
- **PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 1º DE MAIO, Nº 13, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LDA.;**
- **PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CÂMARA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE SAL, CABO VERDE;**
- **DESISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE MUNICIPALIDADES COM MARINAS (AEMA);**
- **REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, DATADA DE 09 DE SETEMBRO DE 2003;**

- INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE MANDATO DE APLICAÇÃO DE DESCONTO;
- MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E O DIÁLOGO INTERCULTURAL, A CÂMARA MUNICIPAL DE VRSA E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA;
- PROTOCOLO DE APOIO A FAMÍLIAS CARÊNCIADAS NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS A CONCEDER PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL SANTO ANTÓNIO - LISTAGEM DE VALORES ATRIBUÍDOS EM OUTUBRO DE 2011- RATIFICAÇÃO;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – LUISA DA CONCEIÇÃO SILVA NEVES LIMA;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ANA ROSA SALAS GOMES;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – JORGE MOURA;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ RARAMAGO DE ODEMIRA;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN;
- DECISÕES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificou-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço da Autarquia e, do Sr. Vereador Francisco José Cristo da Palma, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respectivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 3.035.697,89 € (três milhões trinta e cinco mil seiscientos e noventa e sete euros e oitenta e nove cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vice Presidente deu conhecimento da Informação do Técnico da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística relativa à “Subconcessão Algarve Litoral – projecto Rodoviário – Memória Descritiva e Justificativa – ER 125 – Olhão/Acesso A22 (Pinheira) – Troço 2 – Sublanço 2”, documento que constitui parte integrante da presente acta.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES.

- Considerando que da Acta nº. 23, da reunião ordinária realizada em 19 de Outubro de 2011, foram distribuídas, com antecedência, fotocópias aos membros deste órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Silvia Madeira, por não ter estado presente na mesma, aprovar a Acta.

- Considerando que da Acta nº. 24, da reunião ordinária realizada em 2 de Novembro de 2011, foram distribuídas, com antecedência, fotocópias aos membros deste órgão, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta.

PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o que estava em votação era a remissão do Plano de Pormenor Nascente de Monte Gordo para a Assembleia Municipal mas que no entanto queria deixar preocupações e duvidas sobre o referido plano. A primeira dúvida é sobre a titularidade do terreno, já que os artigos foram cedidos à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António com um objectivo concreto não podendo ser dado um destino diferente facto que poderia obrigar à reversão do mesmo para o Estado. Ora tendo a Câmara Municipal feito recentemente o registo do mesmo por uso capeão e sendo do conhecimento publico que uma associação local accionou o processo para o Ministério Público importa saber os detalhes do processo e os documentos que o suportam, pelo que solicitou que no período que medeia a presente reunião de Câmara e a Assembleia Municipal o Sr. Presidente de Câmara fizesse chegar à bancada do Partido Socialista toda a informação de suporte. De seguida a Sra. Vereadora referiu que a primeira preocupação é sobre a alternativa ao Parque de Campismo de Monte Gordo, isto é “ está-se a eliminar o actual parque de campismo sem ter uma alternativa efectiva para um novo Parque de Campismo”

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu ainda que o Parque de Campismo é uma fonte de rendimento significativa para a Câmara, movimenta o comércio de Monte Gordo, são milhares de pessoas que fazem as suas férias no parque, logo são milhares de pessoas que gastam dinheiro em Monte Gordo, movimentado a economia local o que muita falta faz ao nosso comércio e dá emprego a muita gente. A Vereadora referiu ainda que a segunda preocupação, mas não menor, deriva do conteúdo do parecer da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN). A proposta apresentada para o PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE teve os votos contra do representante do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território, teve o voto contra do representante do

membro do Governo responsável pela Protecção Civil e teve o voto contra de uma personalidade de mérito no domínio da economia que integra essa comissão por convite. A vereadora Jovita Ladeira afirmou que ficou preocupada com as razões apontadas pela Protecção Civil para o seu voto contra, já que a dita declaração refere “. Os argumentos que sustentam o voto contra e a declaração de voto baseiam-se no Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve, o Plano de Emergência para o Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve e o próprio Plano de Emergência Municipal de Vila Real de Santo António....em concreto a região do empreendimento proposto situa-se numa das 3 zonas identificadas no Algarve litoral como de maior concentração de sismicidade....foi simulada a onda de tsunami no simulador sísmico da ANPC e sobreposta esta mancha à carta militar e...a área de alcance do tsunami abrange parte da área SW do Parque de Campismo, onde agora se propõe a localização de 2 dos 5 hotéis” e mais à frente diz a protecção civil,”...neste contexto deve ser feita também uma ultima referencia à responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António que não pode ignorar a existência do potencial destruidor destes riscos, responsabilidade reforçada para, todos os municípios em geral, pela Assembleia da República na Resolução nº 102/2010 de 11 de Agosto”. A vereadora Jovita Ladeira lembrou que não se pode esquecer a gravidade dos fenómenos atmosféricos que somos confrontados lembrando ainda o desastre do tremor de terra no Japão e tsunami bem como o desastre recente na Madeira em razão de se ter construído onde não se devia nem como se devia e onde se impermeabilizou terrenos que não se devia.

De seguida a Sra. Vereadora referiu algum conteúdo da declaração do voto contra do PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE da personalidade de mérito no domínio da economia que integra essa comissão e que refere “. Discorda e vota contra do aumento em ca. 30% da área urbanizada em Monte Gordo em zona frágil de dunas e sobre um aquífero de água doce...é desaconselhável ocupar ou impermeabilizar zonas de REN cujas funções ecológicas são preciosas para o futuro da Região...criar um parque urbano, prevendo-se relvados e uma lagoa é um conceito quase obsoleto e até ridículo nas condições concretas de Monte Gordo...Quanto à

construção de vivendas e apartamentos verifica-se que a população residente aumentou 8% entre 2001 e 2011, mas os alojamentos aumentaram 43%. Assim é quase certo que novas habitações vão ter um uso sazonal, agravando os desequilíbrios e as dificuldades que todos podem constatar na localidade..Este território necessita uma diferente visão estratégica...Ora, presentemente em dificuldades financeiras, ...a Câmara Municipal vem patrocinar uma proposta que aparenta ser a única saída: desenvolvimento imobiliário à custa da destruição dos seus valores ambientais...” depois da leitura destes extractos do parecer pela Vereadora Jovita Ladeira a mesma destacou que as graves dificuldades financeiras porque a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e que são fundamentalmente da responsabilidade do actual executivo pela forma desastrosa e desregrada como geriu a parte financeira da Câmara nestes últimos 6 anos, mais de 111 milhões de euros é a dívida actual, exige mais cuidado na análise e impacto do projecto proposto já que não pode ser o vale tudo a coberto da necessidade de dinheiro. A Vereadora referiu ainda que essa questão está bem visível na declaração de voto da personalidade de mérito no domínio da economia que integra a comissão que a determinado momento diz”... não se pode ignorar que a proposta parte de uma Câmara Municipal em graves dificuldades financeiras, como é público... não foi escondido aos membros da CNREN que a aprovação ...resultaria num encaixe de 20 milhões de euros...este contexto exige ainda maior rigor na análise...”

Assim a Sra. Vereadora apelou para a necessidade de meditar sobre todas as questões levantadas pela CNREN e porventura na necessidade de reformulação do projecto proposto.

A Sra. Vereadora referiu ainda que quem votou contra na comissão foram exactamente os organismos que têm responsabilidade directa pela área como seja ambiente, ordenamento do território, protecção civil e economia.

A Sra. Vereadora solicitou que no período que medeia entre a reunião de Câmara e a reunião da Assembleia Municipal a Câmara Municipal fizesse chegar à bancada do PS todos os documentos

que possam desfazer duvidas sobre a titularidade e outros que entender por bem e afirmou que o seu voto de abstenção não era no sentido de inviabilizar que o documento fosse remetido à Assembleia Municipal, como é de Lei, mas sim como forma de expressar as suas serias duvidas acerca do PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE proposto consubstanciadas nos votos contra e declarações de voto de elementos preponderantes da CNREN (ambiente, ordenamento do território, protecção civil e economia).

O Vice-Presidente afirmou que a proposta iria ser devidamente discutida em Assembleia Municipal, pelo que apenas se pronunciava com vista a esclarecer algumas imprecisões. Quanto à titularidade, não há que apresentar nenhuns documentos para sustentar a proposta, pois o terreno encontra-se devidamente registado, afirmando que não compreendia esta obsessão de uma Associação local, secundarizada pela Sr^a Vereadora, no sentido de procurar que tal titularidade seja transferida do Município de Vila Real de Santo António para o ICNB, chamando ainda a atenção para o facto de que nem o representante do ICNB na Comissão Nacional da Reserva Ecológica levantou quaisquer questões sobre este assunto. Quanto à votação da Comissão, haveria que realçar, em primeiro lugar, que não teve os votos contra do representante do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território, mas apenas de um deles: o outro votou a favor. De resto, dos doze elementos da Comissão, três votaram contra e nove votaram a favor. Quanto às preocupações da Protecção Civil relativamente aos riscos de tsunami, referiu que não se desconhece tal situação, que afecta potencialmente toda a cidade de Vila Real de Santo António e todo o litoral do Concelho e da Região, chamando apenas a atenção para a ausência de referências à situação de partida – ou seja, para a comparação entre a situação actual e o previsto em projecto, sendo que a ocorrência de um tsunami, no Verão, na situação actual, seria obviamente muito mais grave do que na situação de projecto. Quanto aos comentários transcritos da declaração de uma das duas personalidades de reconhecido mérito no domínio da economia, será importante lembrar que um dos dois representantes votou a favor, não se compreendendo portanto que apenas se realce

o voto contra. Ou seja, todas as afirmações da Sra. Vereadora se baseiam no realce dos três votos contra, parecendo esquecer que na reunião estiveram representados doze elementos e que nove deles votaram a favor, desde o Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano à Coordenadora do Secretariado Técnico da Comissão, desde um dos representantes do Ambiente e do Ordenamento do Território aos representantes da Agricultura, das Obras Públicas e Transportes ou da Defesa Nacional, desde o representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses à Personalidade de reconhecido mérito nos domínios do ambiente e do ordenamento do território ou a uma das duas Personalidades de reconhecido mérito no domínio da economia.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetida a versão final da proposta do Plano de Pormenor de Monte Gordo Nascente e demais conteúdos documentais/materiais, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 79.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (RJIGT), na sua actual redacção, para efeitos de aprovação em Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da presente acta.

**PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE
PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 1º DE MAIO, Nº. 13 EM VILA REAL DE
SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LDA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transacção do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 3775, sito na Rua 1º. de Maio nº13, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

**PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CÂMARA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O
MUNICÍPIO DE SAL, CABO VERDE.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Protocolo de Geminação entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Município do Sal, Cabo Verde, e remeter para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

DESISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE MUNICIPALIDADES COM MARINAS (AEMA).

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a desistência do Município de Vila Real de Santo António de associado da AEMA – Associação Europeia de Municipalidades com Marina, documento que constitui parte integrante da presente acta.

REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, DATADA DE 09 DE SETEMBRO DE 2003.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação da Câmara Municipal, datada de 09 de Setembro de 2003, relativamente à perda do direito à importância entregue a título de sinal e princípio de pagamento na aquisição do Lote n.º 6 do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António e que as importâncias pagas pelo Valdemar Martins Ferreira, como sinal e princípio de pagamento (10%) referentes aos Lotes n.º 6 e 7 do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António, na importância total de € 1.371,62 (mil trezentos e setenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), possam ser utilizados, para efeitos de acerto de contas, na alienação do Lote n.º 33 do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE MANDATO DE APLICAÇÃO DE DESCONTO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem autorizados os seguintes descontos aos montantes das taxas resultantes da aplicação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da sua aprovação em Assembleia Municipal: - o desconto de 80% do valor da compensação financeira pela não cedência de áreas para espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva devida ao Município pelo licenciamento das operações urbanísticas com impacte ou semelhante a loteamento, concretamente definidas nos números 2 e 3 do artigo 27º., ou licenciamento de quaisquer operações urbanísticas cuja tipologia seja enquadrável no âmbito do disposto nos artigos 27º. e 28º.; - desconto de 20% para todas as taxas, à excepção das mencionadas no número anterior; - desconto de 40%, não cumulativamente com os descontos decorrentes da aplicação do disposto nos números anteriores, no valor das taxas e/ou compensações financeiras pela não cedência de áreas para espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva, devidas ao Município pelo licenciamento de toda e qualquer operação urbanística cujo objecto seja a criação de um estabelecimento hoteleiro cuja categoria seja de pelo menos 4 estrelas ou qualquer outra actividade económica que se comprometa a criar pelo menos 15 postos de trabalho em permanência, sendo o valor base sobre o qual incidem os descontos anteriormente referidos correspondente ao directamente calculado a partir dos quadros e fórmulas do referido Regulamento Municipal, - que condicionado à autorização referida no ponto 1, sejam estes descontos submetidos à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, documento que constitui parte integrante da presente acta.

MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E O DIÁLOGO INTERCULTURAL, A CÂMARA MUNICIPAL DE VRSA E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Presidente, no sentido de ser aprovada a minuta de Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., o Município de Vila Real de Santo António e a Cruz Vermelha Portuguesa, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

PROTOCOLO DE APOIO A FAMÍLIAS CARÊNCIADAS NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS A CONCEDER PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL SANTO ANTÓNIO - LISTAGEM DE VALORES ATRIBUÍDOS EM OUTUBRO DE 2011- RATIFICAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Sílvia Madeira, no sentido de serem ratificados os despachos onde foram autorizados a emissão de vales de supermercado, de que se anexa Informação Técnica, referentes ao mês de Outubro, de acordo com o nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – LUISA DA CONCEIÇÃO SILVA NEVES LIMA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aceite a doação das obras da Sra. D. Luísa da Conceição Silva Neves Lima, para integrarem o espólio desta Autarquia, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ANA ROSA SALAS GOMES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aceite a doação das obras da Sra. D. Ana Rosa Salas Gomes, para integrarem o espólio desta Autarquia, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – JORGE MOURA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aceite a doação das obras do Sr. Jorge Moura, para integrarem o espólio desta Autarquia, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO DE ODEMIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aceite a doação das obras para integrarem o espólio desta Autarquia, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aceite a doação das obras para integrarem o espólio desta Autarquia, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

DECISÕES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS.

- *A Câmara tomou conhecimento da relação de competências delegadas e subdelegadas exercidas ao abrigo das competências que lhe foram delegadas da Secção Administrativa – Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística, documentos que constituem parte integrante da presente acta.*

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ACTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Vice-Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu _____, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
